



PIAUI



D I Á R I O O F I C I A L

ANO LXXV - 114º DA REPÚBLICA

Segunda-feira, 6 de março de 2006 - Nº 43

TERESINA - PIAUÍ

Fundação Cepro lança Diagnóstico e Diretrizes para o Setor Mineral

Há “uma particular situação dicotômica, tendo, num extremo, enormes potencialidades e, de outro, a insipiência no uso e na exploração, os quais deveriam ser amplos, embasados num processo economicamente vigoroso e duradouro e socialmente justo”. A afirmação está no Diagnóstico e Diretrizes para o Setor Mineral do Estado do Piauí, pesquisa realizada pela Fundação Cepro (Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais) em 2005.

Concebido com a colaboração decisiva dos geólogos Aurimar de Barros Nunes, César Negreiros Barros Filho, especialista em Recursos Hídricos, e Érico Rodrigues Gomes, especialista em Gemologia e Economia Mineral, o documento, em meio ao grande arsenal de informações dispostas, traz revelações importantes no sentido de superar tal dicotomia, residente nos chamados “gargalos” que impedem o aproveitamento dessas “enormes potencialidades”.

Entre essas informações fundamentais estão as “Sugestões de Políticas Públicas para o Aproveitamento Econômico Sustentável e Geração de Emprego e Renda”, considerando o setor mineral. Essa parte estabelece diretrizes e políticas públicas “capazes de nortear o planejamento seguido da montagem e instalação de projetos, visando à racionalização e à aplicação de recursos financeiros, tecnológicos e humanos”.

Nada mais é necessário. “Evidenciando a atual situação da economia minerária no Estado e a necessidade de mudanças, o Diagnóstico mostra que até bem pouco tempo o setor praticamente nada contribuía para o processo de desenvolvimento do Estado”, diz o estudo. Para o geólogo Aurimar de Barros Nunes, um dos grandes problemas para o setor é não ter uma memória escrita. E isso foi mais um fator inibidor do processo histórico de desenvolvimento da atividade.

“Boom” do cimento

Mas isso não foi suficiente para que a economia estadual pudesse ser impulsionada, de um modo efetivo, através da exploração de minérios em solo piauiense. Contudo, Aurimar Nunes avalia que hoje já se tem um diagnóstico no qual está detectada uma gama muito grande de pólos de mineração já existentes, “que têm muita chance de se transformarem em um pólo de desenvolvimento” no Piauí. Um desses pólos está no município de Fronteiras.

Nesse município, localizado em plena região do semi-árido piauiense, é onde funciona um dos exemplos bem-sucedidos da atividade minerária piauiense. Trata-se do caso da fábrica de cimento. Atualmente, se pode dizer que Fronteiras experimenta um “boom” econômico em função da implantação do Grupo João Santos. “Hoje, no entorno da fábrica de cimento, que oferece mais de 500 empregos diretos, surgiram mais de 2 mil empregos indiretos”, destaca o trabalho de pesquisa.

Prosseguem os pesquisadores do importante trabalho: “é como um oásis de progresso encravado em plena caatinga da região mais seca.” No caso, é importante notar que “um empreendimento mineiro, uma indústria montada a partir de uma mina, nunca vem sozinho”. O estudo enfatiza que ao redor da fábrica de cimento em Fronteiras surgiram “imediatamente outras atividades econômicas de apoio e subprodutos”.

Para além dos exemplos bem-sucedidos, o Diagnóstico e Diretrizes para o Setor Mineral do Estado do Piauí apresentou - o que é mais relevante - nove sugestões de políticas públicas para o chamado “aproveitamento econômico sustentável e geração de emprego e renda”. De acordo com o geólogo Ronildo Castelo Branco da Silveira, pós-graduado em Recursos Hídricos, essas sugestões “compõem uma necessidade política”.

Assessor da SETDETUR, Ronildo Castelo Branco acredita que o Governo do Estado, com esse trabalho, não está inventando nada. “Estamos apenas seguindo Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia e Goiás”, diz o geólogo, referindo-se ao estágio de desenvolvimento do setor mineral desses estados, fruto de um planejamento sistemático, com programas e projetos.

Opala em pedra bruta “As riquezas naturais precisam ser exploradas com racionalidade e responsabilidade social e ambiental, para garantir a geração de emprego e renda, de divisas e o desenvolvimento econômico e tecnológico do Estado”, acrescenta o assessor da SETDETUR, apontando as nove sugestões apresentadas na pesquisa como necessárias à consolidação da exploração racional dos minérios piauienses e à consequente geração de emprego e renda, de divisas e do desenvolvimento econômico e tecnológico.

Criação de órgão

Uma das sugestões do Diagnóstico se refere à estruturação de um órgão estadual gestor dos recursos minerais. “Apresenta-se aqui uma proposta de estruturar a criação de um órgão específico para comandar as ações políticas e administrativas ligadas às atividades de pesquisas e planejamento, pesquisa e fomento para aproveitamento dos Recursos Minerais.” Nesse sentido, o estudo propõe a criação de um órgão com “uma estrutura enxuta, ágil e dinâmica e com pessoal qualificado”.

A criação de mais um órgão por parte do Estado é plenamente justificável. “Esta iniciativa decorre da constatação de que o Estado do Piauí deixou de atuar nesse setor há praticamente duas décadas, sendo que as consequências dessa paralisação já se fazem sentir na ausência de novas descobertas de ocorrências minerais suficientes para atraírem investimentos por parte da iniciativa privada”, acrescentam os autores do estudo.

Outra sugestão diz respeito à criação de um Fundo Estadual de Apoio à Pesquisa e à Exploração Mineral, para o qual seriam destinados os recursos arrecadados com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo de produtos minerais, acrescidos dos recursos arrecadados com a cota-parte do Estado na Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), um royalty sobre exploração mineral criado pela Constituição de 1988.

Rede de cooperação

Uma rede de cooperação e relações institucionais é mais uma proposta. “É necessário que haja um perfeito entrosamento, cooperação e articulação entre os órgãos federais, estaduais e municipais que atuam no setor mineral, no sentido de viabilizar as ações de pesquisa e lavra de minérios, facilitar a troca sistemática de informações, evitar superposições de trabalhos, controlar a arrecadação dos tributos oriundos da mineração e, sobretudo, fomentar o desenvolvimento do setor”, recomenda o estudo.

A criação de um Conselho Estadual de Geologia e Mineração é o próximo passo apresentado no Diagnóstico e Diretrizes para o Setor Mineral. Propõe-se a criação e operacionalização do Conselho, “que deve operar como um órgão consultivo permanente do Governo do Piauí, para formular e implementar políticas de desenvolvimento para os setores de geologia, mineração e a indústria de transformação mineral”.

Uma outra sugestão defende a elaboração do Plano Diretor dos Recursos Minerais do Estado do Piauí, que definirá de forma participativa as estratégias e metas a partir das diretrizes definidas para o setor. “Estados como o Piauí, detentor de extraordinárias riquezas em seu subsolo, não podem prescindir de um Plano Diretor com o qual definirá todas as linhas de atuação para o desenvolvimento setorial”, defende.”

Capacitação

Como em qualquer cadeia ou processo econômico, a questão da capacitação não poderia ser esquecida. É assim que o Diagnóstico sugere a implantação de um Sistema de Capacitação e Especialização Mineral, que consiste na parceria entre o Governo do Piauí e várias instituições de Ensino Superior, como o CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica), a Uespi (Universidade Estadual do Piauí) ou UFPI (Universidade Federal do Piauí).

A proposta relacionada à capacitação propõe também a criação de um Programa de Capacitação Básica e ainda de escolas de lapidação e artesanato mineral. O Programa de Capacitação Básica teria ênfase nos seguintes temas: legislação ambiental, legislação mineral, educação ambiental, técnicas de trabalho, segurança do trabalho, alfabetização dos trabalhadores, cooperativismo, associativismo, “além daqueles específicos de cada tipo de empreendimento”.

Essas escolas de lapidação e artesanato mineral funcionariam em Teresina, Fronteiras, São Raimundo Nonato, Pedro II, Juazeiro do Piauí, Uruçuí e Corrente. Elas seriam centros de referência na capacitação em artesanato mineral e lapidação, “ao mesmo tempo em que prestariam serviços à comunidade, fazendo análise de solo e análise mineral”.

Desenvolvimento tecnológico

Etapas de lapidação Mais uma sugestão ocorre quanto à necessária ênfase ao desenvolvimento tecnológico, “para repensar as velhas estruturas da máquina estatal e projetar o setor mineral ao centro do cenário econômico do Estado”. São apontadas ações como a realização de levantamento aerogeofísico e um novo mapeamento geológico em escala de maior detalhe. E a instalação de laboratório para análise das substâncias minerais.

São sugeridas ainda medidas como o estabelecimento de parceria com os centros tecnológicos, para a transferência de modernas técnicas de trabalho e tecnologias inovadoras. A quarta ação proposta se refere à articulação entre o laboratório de solos e os artesanatos do Poti Velho, em Teresina, para análise, classificação e uniformização da argila, visando à melhoria da qualidade do artesanato cerâmico.

Regularização e Fiscalização

Outra proposta defende a racionalização do processo de regularização e fiscalização dos empreendimentos minerários, de maneira a combater a evasão fiscal no setor mineral, a sistemática mineração e comercialização clandestinas, os índices considerados intoleráveis de informalidade. De acordo com o Diagnóstico, essa informalidade é causada por dificuldades burocráticas em três níveis: constituição de empresa ou cooperativa, regularização da lavra e licenciamento ambiental.

Essas dificuldades “têm provocado o afastamento do capital privado a ser investido no setor, como também fomentado a clandestinidade”. “Fatores como a baixa divulgação das legislações ambiental e mineral, carência de pessoal técnico nas instituições e a desarticulação entre as instituições de fiscalização demonstram a fragilidade do poder público no gerenciamento dos recursos minerais do Estado”, advertem os pesquisadores responsáveis pelo Diagnóstico.

Sendo assim, ficou proposto o fortalecimento do DNPM através da contratação de pessoal que seja suficiente para cobrir a extensão das ocorrências minerais do Estado e promover a divulgação do papel do órgão e dos procedimentos para regularização da atividade mineral. Igualmente foi sugerida a atuação de fiscalização conjunta. E, por fim, a realização de um convênio entre o DNPM e o Governo do Estado no sentido de melhorar o processo de fiscalização das cargas de minérios e garantir a arrecadação de ICMS e CFEM e o cumprimento da legislação ambiental.

Infra-estrutura

O Diagnóstico aponta vários projetos infra-estruturais, em fase de andamento, que contribuirão para o desenvolvimento do setor. “É preciso resolver o problema do escoamento da produção”, pontua Ronildo Castelo Branco.

Um dos projetos é o Aeroporto Internacional de São Raimundo Nonato, assim como os referentes ao Aeroporto de Parnaíba, em processo de internacionalização, e à Ferrovia Transnordestina - projeto federal que beneficiará os estados do Nordeste e complementar a infra-estrutura física indispensável ao escoamento da produção para outros Estados e para o exterior, através dos portos de Pecém, em Fortaleza (CE), de Itaquí, em São Luís (MA), e do Suape, em Recife (PE).

A infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do setor de mineração piauiense incluiria novos investimentos em energia elétrica, com a conclusão de novas subestações e linhas de transmissão, para melhorar a oferta de energia elétrica nos pólos de mineração em atividade. Os investimentos precisariam ser feitos através da instalação de um Porto Seco no Piauí, e da melhoria do sistema de comunicação - telefonia fixa e móvel nos municípios com ocorrências minerais.

O estudo recomenda ainda a implantação de mais agências bancárias nos municípios com empreendimentos minerais, e a ampliação e melhoria da malha rodoviária do Estado, com a construção de novas rodovias e a pavimentação de estradas danificadas. Além disso, o fornecimento de água tratada é recomendado, além do direcionamento de políticas de atração de investimentos, via incentivos fiscais, para o setor mineral - pesquisa de lavra e beneficiamento de minérios.

Recomenda-se ainda a expansão das atividades de produção da cerâmica na Grande Teresina; a criação do Sistema de Informações (Banco de Dados) do Setor Mineral, para divulgar potencialidades minerais junto a investidores potenciais brasileiros e estrangeiros; a prospecção do mercado de minérios; a implantação do Programa de Gestão Ambiental em áreas de mineração; e o fortalecimento e estruturação da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais.

As recomendações incluem finalmente a divulgação dos procedimentos de licenciamento, para empreendedores e empresários através dos agentes financiadores, Central Fácil, Junta Comercial e postos de atendimento dos órgãos do Governo; e a promoção de uma cultura de cooperação. São sugestões, conclui o superintendente da Fundação Cepro, Oscar de Barros.

Trabalho em parceria

O Diagnóstico e Diretrizes para o Setor Mineral do Estado do Piauí é produto de parceria envolvendo a SETDETUR, Ministério de Minas e Energia, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) - Serviço Geológico do Brasil. É um trabalho dividido em duas partes.

A primeira faz uma “Caracterização Geral do Estado”, e a segunda parte oferece o Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Piauí propriamente dito. Com 169 páginas, este produto de pesquisa aborda, em sua parte inicial, aspectos como localização, superfície, altimetria, geomorfologia, clima, vegetação, solos e hidrografia do Piauí. Com relação à infra-estrutura, traça perfil contendo informações sobre rodovias, ferrovias, aeroportos, energia elétrica e abastecimento d’água e esgotos.

No que se refere aos investimentos e incentivos fiscais, o trabalho explora questões, como as políticas públicas para o desenvolvimento do setor mineral, e principais fontes de créditos nacionais para o setor. No que tange à atuação das “instituições provedoras de capacitação de mão-de-obra e de transferência de tecnologias para o setor mineral”, mostra os elementos de mão-de-obra do setor mineral e a “mão-de-obra na indústria de transformação mineral”, entre outras considerações.

Privilegiado estudo

Segundo o superintendente da Fundação Cepro, o Diagnóstico e Diretrizes para o Setor Mineral do Estado do Piauí é “um particular e privilegiado estudo do Estado da arte da Geologia e dos conhecimentos sobre minerais e sobre geologia no Estado”. Barros também ressalta a importância do estudo acerca do comércio exterior, que permite ao Estado situar-se “no conjunto internacional do mercado de minérios, notadamente os não-metálicos”.

“O Diagnóstico é, também, pelas suas características e pelas múltiplas determinações que o compõem, um trabalho interdisciplinar, que sai da formalização fragmentada para ingressar no conhecimento holístico, envolvendo todo um conjunto de estudos, de análises, de proposições dos mais legítimos desejos da sociedade”, analisa o superintendente da Fundação Cepro, satisfeito com os resultados decorrentes da empreitada científica.

O representante do DNPM no Piauí, Adilson José de Oliveira Freire, considera o Diagnóstico importante por nortear as ações, a partir de agora, tanto do governo quanto dos mineradores interessados em explorar as potencialidades minerais do Estado. Segundo Adilson José, essa pesquisa oferece condições para que os agentes econômicos possam fazer novos investimentos, baseados em novas pesquisas, cujo ponto de partida comum passa a ser o Diagnóstico e Diretrizes para o Setor Mineral.

Principais atividades

O trabalho mostra, por exemplo, as principais atividades minerárias executadas no Piauí e ainda a quantidade de projetos em execução, bem como os municípios onde são executados. Nesse quadro, fica-se sabendo que o Estado tem 21 projetos sendo executados, correspondendo à mineração, à exploração de brita, argila (cerâmica), areia, pedreira, calcário e diamante, à extração e pesquisa de opala e à lavagem de brita e seixo.

Essas atividades se espalham pelos municípios de Pedro II, Capitão Gervásio, Buriti dos Lopes, Monte Alegre, Santa Filomena, Juazeiro, Curral Novo, Castelo do Piauí, Antônio Almeida, Oeiras, Lagoa Alegre, Monsenhor Gil, São João do Piauí, Parnaaguá, Campo Grande, Campo Maior, Luís Correia, Teresina, Patos do Piauí, Picos, Fronteiras, Curimatá, Porto Alegre do Piauí e Gilbués. No total, são 24 municípios onde há atividade minerária.

“Aqui se escreve sobre prospecção e exploração”, apresenta o presidente da Fundação Cepro, que enfatiza ainda os “fatos mineralógicos concretos, com nível de confiabilidade satisfatório, dentro dos rigores e precisão estatística requeridos” presentes no estudo. “E então têm-se as reservas minerais com viabilidade técnica definida, juntamente com fatores de lavra e beneficiamento, de economia e mercado, legais, ambientais e sociais”, completa.